



O PATRIMÔNIO INDÍGENA BRASILEIRO NA COLEÇÃO NATTERER¹

Analucia Thompson

Historiadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

anathompson@iphan.gov.br

1. Introdução

As mudanças que ocorreram na década de 1980 nas disciplinas ligadas aos estudos sociais e culturais, baseadas na crítica aos pressupostos vigentes, que negligenciavam o caráter inerentemente político da busca, da realização e da disposição do conhecimento, corresponderam, no campo museológico, à constituição da chamada Nova Museologia.

Como resposta a essa crítica, foi exigida uma maior reflexividade, por meio da qual se deveria atentar para os processos de produção e de disseminação do conhecimento, questionar a crença na objetividade desse processo e as maneiras pelas quais os produtos culturais foram construídos e desvendar as estratégias pretensamente objetivas, assim como os contextos histórico, social e político que privilegiam certos tipos de conhecimento e marginalizam outros (MACDONALD, 2011).

Os museus foram objeto dessa posição crítica, no sentido de que ao selecionar bens culturais para guarda e posterior exposição, essas instituições, ao mesmo tempo que reconhecem e afirmam identidades, omitem o reconhecimento e a afirmação de outras. Nessa ótica, a participação da comunidade na definição e na gestão das práticas museológicas tornou-se o pressuposto (MOUTINHO, 1993; VERGO, 2006).

Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, o colecionamento de objetos étnicos em museus gera abstrações sociológicas, ao descontextualizar a utilização cotidiana e ritual desses artefatos, congelando assim a história e a reflexividade. A maneira de lidar com essas coleções é adotar “uma abordagem alternativa que propõe uma historicização radical e [discutir] o jogo de forças que estão em torno da aquisição, classificação e exibição de objetos etnográficos” (2007, p. 73). Dessa forma, o estudo histórico de formação e trajetória de uma coleção sob a guarda de um museu permite tornar visível sua singularidade e seu sentido, ao explicitar as relações sociais, políticas

¹ Este artigo expõe o tema que está sendo desenvolvido na minha tese de doutorado em Museologia, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sobre a Coleção Natterer do Museu de Etnologia de Viena, constituída entre 1817 e 1835, no contexto da Missão Austríaca.



etc. que foram ali estipuladas, abrindo espaço para “o resgate da polifonia, dando voz – e não apenas valor estético – aos membros daquelas comunidades” (Ibid., p.97), cujos objetos e imagens compõem a coleção.

Por outro lado, se o estudo histórico de uma coleção tem por finalidade gerar condições que permitam mais informações críticas, ele deve também discutir as diversas formas de uso desses objetos, de maneira a possibilitar que os membros das coletividades envolvidas realizem suas próprias narrativas. Essas diversas formas de uso pressupõem o acesso ao conhecimento desses acervos.

Sobre o colecionamento de objetos etnográficos de grupos indígenas brasileiros, empreendido por austríacos entre 1817 e 1835, pouco foi escrito nesses quase duzentos anos. Apesar da existência de uma vasta literatura no Brasil, como também na Áustria (SCHMUTZER, 2007), referente à Missão Austríaca de 1817, grande parte dela está relacionada ao campo das ciências naturais, cujas obras, de forma geral, destacam as contribuições dos naturalistas austríacos para o conhecimento da fauna e da flora brasileiras.

Pretendemos, neste artigo, realizar uma análise do processo de constituição do acervo da Coleção Natterer formada por objetos etnográficos de indígenas do Brasil, considerando as condições de novos usos desses objetos, especificamente os ligados a formas de restituição de bens culturais. Fazemos referência ao caso do Museu das Culturas Dom Bosco, que firmou em 2008 um convênio com o Museu de Etnologia de Viena (MEV), visando à implantação, por meio de um banco de dados, do Projeto de Repatriação Virtual de peças indígenas de diversas etnias brasileiras – em especial dos Bororo – que se encontram no citado museu austríaco.

Em primeiro lugar, consideraremos o contexto histórico e político da formação da Coleção Natterer, destacando a parte desse acervo relacionada aos Bororo. Em seguida, apresentamos o caso do Museu das Culturas Dom Bosco e de seu convênio com o MEV, para, então, discutirmos alguns pontos relativos a questões de restituição e de repatriação de bens culturais.

2. A missão Austríaca e a Coleção Natterer de objetos etnográficos de indígenas brasileiros



A passagem de naturalistas estrangeiros pelo Brasil, com o objetivo de coletar espécies para museus europeus, foi bastante intensa durante o século XIX, principalmente após a chegada da corte portuguesa em sua colônia americana, a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior e a consequente vinda de representações consulares de países europeus. O historiador Sérgio Buarque de Holanda chegou a se referir a esse período como o “do novo descobrimento do Brasil” (HOLANDA, 1970, p. 13).

Esses naturalistas empreendiam viagens a regiões mais afastadas, buscando coletar espécimes naturais e objetos etnográficos, os quais viam como representativos de um conhecimento universal sobre a cultura e a natureza (SANTOS, 2003) e que, por esse motivo, deveriam ser ‘salvos’, pois acreditavam que “essas culturas se extinguiriam, estando os ‘vestígios’ mais bem preservados nos museus metropolitanos” (SCHWARCZ, 2005, p. 69).

A Missão Austríaca de 1817 foi uma dessas expedições. Sua ocorrência foi resultado do contrato de casamento celebrado entre a arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina, filha do imperador Francisco I da Áustria, e o príncipe dom Pedro, filho do príncipe regente Dom João de Bragança. Em uma das cláusulas desse contrato, era estipulada a vinda de uma missão científica, com o objetivo de pesquisar espécies tropicais e levar exemplares para um futuro museu brasileiro em Viena (RAMIREZ, 1968).

A missão foi responsável pela remessa para a Áustria de milhares de exemplares vegetais e animais, de cerca de 2000 artefatos indígenas (SCHMUTZER, op. cit), além de minerais, moedas etc. Johann Natterer, zoólogo que permaneceu no Brasil por dezoito anos, ficou conhecido como o “príncipe dos colecionadores” (Ibid.). Todo esse material coletado constituiu, entre 1821 e 1836, o acervo do Museu Brasileiro em Viena. O objetivo da expedição era empreender “uma viagem pelas regiões inexploradas do vasto país para colher exemplares para os museus, jardins zoológicos e jardins botânicos do Imperador da Áustria” (RAMIREZ, op. cit., p. 125). Os cientistas da expedição tinham ordens de “abrir” a *terra incógnita* brasileira para a Europa, tendo como tarefa:

“[...] visar os fins usuais: 1) coleção de material científico; 2) a descrição da fauna e da flora do país; 3) o aumento das coleções imperiais; 4) o embelezamento dos Jardins Imperiais com sementes e plantas vivas; 5) o



enriquecimento do Jardim Zoológico com animais desconhecidos e exóticos”
(Ibid., p. 126).

A Missão Austríaca pode ser considerada um exemplo das viagens de naturalistas do início do século XIX, nas quais muitas das características das expedições do século XVIII ainda estavam presentes, como: a formação de um grupo de pesquisadores especializados; planos que seguiam uma Instrução de Serviço; o patrocínio público e o desenvolvimento de uma *práxis* do conhecimento, principalmente da história natural (SCHMUTZER, op. cit).

Em relação aos índios, a Instrução de Serviço indicava que fossem obtidas informações sobre “seu modo de vida, seus usos e costumes”, como também que fosse descrita “sua aparência ou retratá-los e, se possível, obter um crânio deles” (RIEDL-DORN, 1999, p. 26).

A equipe original da expedição científica que veio junto com a arquiduquesa Leopoldina para o Brasil foi formada por catorze pessoas entre artistas e naturalistas. No final de novembro de 1817, todos os membros da equipe já tinham chegado ao Rio de Janeiro. No início de 1818, iniciaram-se as viagens para o interior. Com exceção de Johann Natterer e de Dominik Sochor, os membros da expedição original voltaram para a Europa em 1821, devido às conturbações políticas que aconteciam no Brasil, em função do processo de independência. Porém, para Natterer a viagem estava somente começando.

Segundo Feest (2008), Natterer empreendeu dez viagens entre 1818 e 1835. As viagens mais significativas para as coletas de material etnográfico foram as que ocorreram a partir de 1825, quando visitou os territórios do Brasil central e, posteriormente, a região amazônica. Desse ano até 1835, esteve em Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade, Borba e Barcelos, no atual Estado do Amazonas, Santarém e Belém.

A expedição austríaca foi resultado de um contrato de casamento, assinado entre dois governos, e foi orientada intelectualmente pelo começo de uma história natural, que se estruturava em sentido científico. Seus objetivos eram descrever, nomear e classificar os diversos tipos de espécies naturais – nas quais eles encaixavam os indígenas –, para serem expostas no Gabinete do imperador. Os museus de história natural, que se desenvolveram nos séculos XVIII e XIX, eram impregnados de novas exposições



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

formuladas de sistematicidade, ordem e classificação. Amplas coleções deveriam fazer todo o possível para representar todos os domínios da natureza.

O acervo de objetos etnográficos de indígenas do Brasil relacionado à Missão Austríaca de 1817 a 1835, que compõe atualmente o MEV, foi originado por peças coletadas por Johann Emanuel Pohl, por Heinrich Schott, por Johann Natterer, todos membros da Missão, pela arquiduquesa Leopoldina e por Erich von Schröckinger, o genro de Natterer; este último, por meio de doação em 1895 (FEEST, op. cit.). Em função da maior e mais diversificada parte dos objetos ter sido adquirida por Johann Natterer, o Museu denomina esse acervo de Coleção Natterer.

O MEV possui outras coleções etnográficas de origem brasileira, contudo a Coleção Natterer é considerada pelo Museu como a que apresenta maior consistência em relação à América do Sul. A quantidade de objetos etnográficos indígenas gira em torno de 2000 exemplares referentes a diversas etnias de diferentes regiões do território brasileiro: algumas já extintas, como os Puri e os Bororo ocidentais; outras com descendentes, como os Bororo orientais, Munduruku, Tikuna, povos do Rio Negro. Os artefatos coletados por Johann Natterer entre os Bororo constituem-se na coleção como o de maior número referente a uma única etnia, totalizando 234 peças.

3. Repatriação virtual: os Bororo de Natterer e o Museu das Culturas Dom Bosco

Em função da necessidade de identificar os grupos étnicos relatados pelos naturalistas austríacos, adotamos a classificação dos grupos étnicos brasileiros em onze áreas culturais, sugerida pelo antropólogo Eduardo Galvão (1960). Apesar de críticas a essa classificação (MELATTI, 2010a), optamos pelo modelo de Galvão, por considerarmos que ele possibilita estipular uma relação cronológica-espacial com as viagens dos naturalistas.

Nesse sentido, identificamos cinco áreas culturais referentes à coleta realizada pelos austríacos: Tietê-Uruguai; Tocantins-Xingu; Madeira/Tapajós; Norte-Amazônica 1; Norte-Amazônica 2. Estas duas últimas correspondem, no modelo de Galvão, a somente uma área, à Norte-Amazônica. Porém, por se referirem a um território bastante extenso e por estarem relacionadas a duas etapas da viagem de Natterer, optamos em dividi-la em duas áreas.



Segundo essa classificação, os Bororo estão inseridos na área Tocantins-Xingú, que se caracteriza, quanto à origem linguística, pela presença de uma maioria de grupos falantes da família Jê. Os Bororo pertencem ao tronco Macro-Jê (MELATTI, 2010b), mas não são da família Jê e sim da família Bororo. Embora falem uma língua bastante diferente das do Jê, apresentam muitos costumes semelhantes, como a disposição das aldeias em forma circular – de onde vem o significado da denominação do grupo, ou seja, ‘pátio da aldeia’; os próprios Bororo se autodenominam Boe –, com a casa dos homens ao centro, a divisão social em metades e em clãs, sendo, porém, a descendência por linha materna. As relações entre parentes são submetidas a uma elaboração simbólica e ritual meticulosa, baseadas em um dualismo que está presente em sua vida cotidiana (MELATTI, 2010b; PIB, 2010).

Segundo Schmutzer (2007), dos grupos indígenas do Brasil com os quais Natterer travou contato, os Bororo foram os mais documentados. Em primeiro lugar, Natterer diferenciou dois grupos entre os Bororo: os da Campanha, “domesticados” (*Zahme*), e os do Cabaçal, “selvagens” (*Wilden*). Os primeiros habitavam a região próxima a Cáceres, no atual Estado do Mato Grosso, onde Natterer permaneceu de 1825 a 1826; os segundos estavam mais distantes, na região do rio Guaporé (PIB, 2010).

Sobre os Bororo da Campanha, Natterer informou, em carta para a Áustria, de 13 de outubro de 1826, apresentada por Ramirez (1968):

“(…) obtive várias armas e instrumentos. (...) Vivem em pequenas tribos, em regime nômade (...) vieram [um dia] à casa de moradia da fazenda [onde se encontrava] oferecendo-se para guiar-me até o campo deles. Levei comigo fumo, farinha, rapadura, tesouras, facas e anéis e fui com eles. As suas cabanas estavam num mato, perto de um pântano imundo. (...) Cada família tinha uma cabana à parte. Acolheram-se com gritos de alegria (...) Tudo estava sujíssimo. Andam completamente nus. Os homens usam uma faixa feita de folhas de palmeira *gua quacu*, da largura de um dedo. As mulheres são um pouco mais cobertas. Usam uma banda de cerca de três polegadas em volta dos seios. A banda é feita de casca interna de *nagalecogu* árvore, e é muito sólida. Fixa, na frente e nas costas dessa banda, e puxada através das pernas, fica uma estreita casca de figueira. Nenhuma das mulheres dispensaria tal enfeite. (...) Presenteei-lhes com as peças que havia trazido comigo e trouxe, comprando deles, tudo o que me podiam dar dos enfeites de pescoço e cabeça, zarabatanas e armas” (RAMIREZ, op. cit., p. 140)



Essa informação é reafirmada em outra carta, de 19 de novembro de 1825, ao capitão Antônio Peixoto de Azevedo, de quem já havia comprado objetos de outras etnias: “Os Bororos que d'aqui pouco distante morão eu despojei dos melhores trastes que elles tinhão, as frechas delles são muito compridas e não são mal feitas”².

Embora Natterer cite dois grupos entre os Bororo, como os “selvagens” e os “domesticados”, acreditamos que ele estivesse se referindo aos Bororo ocidentais que, desde o século XVII, tiveram contato com a sociedade não indígena; contato que se intensificou no século XVIII, com a descoberta do ouro na região de Cuiabá pelos bandeirantes paulistas. Os Bororo orientais, chamados de Coroados, ficaram isolados até meados do século XIX, quando, devido ao avanço de frentes de expansão na região, que gerou uma guerra de resistência por quarenta anos, foram “pacificados”, com o estabelecimento, em 1887, da Colônia Teresa Cristina, no atual Estado de Mato Grosso. Os Bororo ocidentais acabaram sendo extintos em função de doenças e de casamentos fora do grupo (FUNAI, 2011).

A Colônia Indígena Teresa Cristina ficou sob administração militar até 1895, quando passou para a direção dos salesianos, que iniciaram a catequização dos Bororo e, mais tarde, construíram colégios na região.

A origem do Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB) está ligada à criação de um museu, em 1951, pela Missão Salesiana no Colégio Dom Bosco. Em 1997, o MCDB se tornou uma instituição vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MCDB, 2011a).

Baseado em uma metodologia interdisciplinar, o Museu é dividido em setores de arqueologia, etnologia, mineralogia, paleontologia e zoologia, além dos de educação e comunicação. Desenvolve diversas ações educativas, entre elas as ligadas ao Programa Museu das Aldeias, o qual tem por objetivo:

“(...) subsidiar as produções dos realizadores indígenas enriquecendo o arquivo audiovisual do MCDB; (...) estabelecer condições para formação de profissionais indígenas nas áreas relacionadas com a museologia; (...)”

² Johann Natterer a Antônio Peixoto de Azevedo, 19 e 25 de novembro de 1825, de Caiçara. Todas as cartas de Natterer a que tivemos acesso foram transcritas do Arquivo do Museu de Etnologia de Viena (Archiv des Museums für Völkerkunde Wien – AMVW), por Kurt Schmutzer. Agradecemos a Christian Feest, então diretor do Museu de Etnologia de Viena, o envio desse material. Mantivemos a grafia utilizada por Natterer em suas cartas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

promover condições para a repatriação de pesquisas e documentos espalhados pelo mundo” (MCDB, 2011b).

Esse programa realizou oficinas com a comunidade utilizando imagens de objetos da cultura Bororo, que haviam sido levados pelos missionários salesianos na primeira metade do século XX para o *Museo Colle Don Bosco*, na Itália. Essa experiência foi premiada na primeira edição do Prêmio Cultura Viva do Ministério da Cultura, referente aos anos de 2005/2006, voltado para iniciativas culturais que valorizam a cultura brasileira como meio de construção de identidade e cidadania (MinC, 2011).

Em 2008, O MCDB e o Museu de Etnologia de Viena firmaram um convênio, com o apoio do antigo Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), hoje transformado no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), visando à implantação de um Projeto de Repatriação Virtual de peças indígenas de diversas etnias brasileiras, em especial dos Bororo, que se encontram no museu austríaco, por meio de um banco de dados:

“Pretende-se, por meio de um banco de dados, permitir o acesso facilitado a pesquisadores, mas principalmente aos Bororo que poderão se utilizar deste artifício tecnológico em seu benefício, sobretudo para o resgate cultural de diversos aspectos artísticos e comportamentais perdidos pela presença e interferência do homem branco em seu cotidiano. Dentre as demais atividades podemos destacar o grande intercâmbio de informações sobre o rico acervo de cada um destes museus e de suas respectivas experiências de trabalho, assim como a troca de publicações e co-produções em exposições. A adequação desta idéia inicial proporcionará posteriormente, em escala mundial, a conexão cultural entre diversos países, bem como a melhor compreensão dos povos do Brasil” (MCDB, 2011c).

O uso de banco de dados que permita ter acesso a informações sobre objetos que se encontram em museus não substitui o contato direto com esses objetos, mas pode gerar condições para o conhecimento da história das culturas às quais eles pertencem.

Em 1990, o Congresso norte-americano aprovou a lei federal que criou o *Native American Graves Protection and Repatriation Act* (Nagpra), a qual exigia que os museus que recebessem apoio financeiro estatal deveriam realizar inventários de exemplares culturais de povos indígenas norte-americanos que possuíssem em suas coleções, para posterior retorno deles a seus respectivos proprietários originais. Dentre esses exemplares, eram citados pela lei: restos mortais, objetos funerários e sagrados e itens



culturais. As informações sobre os inventários deveriam ser divulgadas amplamente. Mesmo que a quantidade de objetos retornados a grupos indígenas não tenha sido significativa (GERSTENBLITH, 2011), o processo iniciado com o Nagpra foi bastante importante, no sentido de ter possibilitado o aumento expressivo do conhecimento e do entendimento sobre os objetos de origem indígena em posse dos museus norte-americanos, como também da história e da cultura nativa dos Estados Unidos. Muitos desses inventários foram realizados com auxílio da comunidade indígena (Ibid.).

Restituição e repatriação de bens culturais têm significados diferentes. O último termo pressupõe a relação entre unidades políticas com certo grau de soberania que permita estabelecer tratados reconhecíveis pela comunidade internacional. O segundo remete para o retorno de alguma coisa a seu estado original (DOLÁK, 2010).

Segundo Vrdoljak (2008), o direito internacional que se constituiu após a Segunda Guerra Mundial privilegiou como sujeitos o Estado e o indivíduo, comprometendo a proteção da identidade coletiva de grupos indígenas. Nesse sentido, no contexto de descolonização da segunda metade do século XX, esses grupos, em campanhas para afirmar sua autodeterminação, reivindicavam não só o retorno de suas terras, como também o dos restos mortais de seus ancestrais e o de seu patrimônio cultural. As dificuldades em obtenção de reconhecimento internacional dessas demandas fizeram com que a restituição do patrimônio cultural se tornasse uma preocupação central para as organizações indígenas, pois assumia também o caráter de denúncia das políticas de esquecimento, empreendidas por certos Estados, que ao desenvolverem políticas de assimilação e integração, des-historicizaram e despolitizaram as diferenças entre povos indígenas e a cultura dominante.

No Brasil, dois casos de restituição de objetos indígenas que se encontravam em museus geraram polêmicas: um, acontecido em 1986, envolveu os Krahó e o Museu Paulista em torno de um machado em forma de meia lua, que acabou sendo restituído ao grupo indígena; o outro, ocorrido no contexto da Mostra do Redescobrimento Brasil+500, em 2000, teve como foco um manto cerimonial dos Tupinambá, do acervo do Museu Nacional da Dinamarca (BORGES; BOTELHO, 2010).

No primeiro caso, tratava-se de uma restituição a descendentes dos proprietários do objeto em questão; no segundo, teria que ser efetuada uma repatriação, pois os descendentes dos Tupinambá, outrora uma população bastante densa, tinham naquele



momento herdeiros incertos entre os Tupiniquim da Bahia ou do Espírito Santo, os Caeté de Alagoas ou mesmo, genericamente, os índios brasileiros (Ibid.).

4. Conclusão

A coleção etnográfica de objetos de indígenas brasileiros, formada pelos naturalistas que participaram da Missão Austríaca, permite refletir sobre questões relativas à restituição de bens culturais. Não estamos questionando a legalidade das formas de aquisição desses bens culturais, mas advogando a necessidade do acesso ao conhecimento da formação e trajetória do conteúdo dessa coleção. Os museus são instituições que fazem parte de Estados e sociedades, constituindo-se como depositários legais de patrimônios adquiridos por meio de variados expedientes (Ibid.).

Os próprios museus de etnologia de países de língua alemã tiveram em certos momentos que refletir sobre essa questão.

Shelton (2011) afirma que houve dois momentos de construção de museus que abrigam coleções etnográficas na Europa e na América: o primeiro, entre 1849 e 1884, correspondeu à criação de museus que antecederam a Conferência de Berlim (1884-1885), marco do começo da colonização sistemática da Europa sobre a África; nesse contexto, o autor insere o Museu Goeldi (Ibid., p. 65). O segundo momento, ou 'onda', como denomina, ocorreu entre 1890 e 1931, tendo sido marcado fortemente por ideologias coloniais.

Se observarmos o momento da criação do Museu de Etnologia de Viena em 1928, ele está ligado ao segundo período, embora a maior parte de seu acervo tenha sido adquirida na primeira fase. Harms (1990) afirma que a história e a função dos museus de etnologia de países de língua alemã ocupam uma posição incomum quando comparadas aos outros museus do mesmo tipo no resto da Europa. Essa posição se deve ao fato de esses países não terem participado ativamente do processo de colonialismo ou de terem sido despojados de suas colônias em 1918 e, também, ao fato de grande parte de suas coleções terem sido perdidas nos bombardeios ocorridos durante a guerra de 1939-1945; se bem que, como alerta, os museus de etnologia não tenham sofrido tanto quanto outros.

Após 1946, em diversos encontros promovidos por museólogos de museus de língua alemã, as questões centrais nessas discussões diziam respeito aos objetivos e



finalidades dos museus de etnologia. Ao longo desses anos – Harms analisa esse tema até a década de 1980 –, várias ideias foram sendo lançadas no sentido de apaziguar, talvez, uma grande angústia, representada pelo caráter etnocêntrico que marcou esses museus na Europa. Assim, a função educativa dos museus de etnologia tornou-se um tema recorrente. Nos anos seguintes ao pós-guerra, o Museu de Etnologia de Viena explorou a ideia de que esses museus poderiam ser um veículo de luta contra um nacionalismo extremado ao proporcionar o ‘contato com outras culturas não europeias’. Essa postura encontrava oponentes que acreditavam que esses museus perderiam sua identidade como representantes do campo da ciência que dá suporte a eles.

Novas questões foram adicionadas à discussão na década de 1970. Em 1973, a partir do discurso do primeiro-ministro do antigo Zaire, Mobutu Sese Seko, proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas, o tema sobre a restituição a seus países de origem de objetos etnográficos, levados para a Europa e para os Estados Unidos, foi adicionado ao debate. Alguns museus de etnologia passaram a defender a permanência desse acervo em suas instituições, alegando a necessidade de exposições permanentes sobre variadas culturas, de forma a criar um sentimento de solidariedade com povos não europeus, com a intenção de reduzir preconceitos.

Essas questões acima, por outro lado, não podem deixar de levar em conta o significado do tipo de objeto com o qual estamos lidando. Muitos objetos indígenas representam universos míticos e foram produzidos para ter lugar em atividades rituais complexas, de forma que os sentimentos presentes nos artefatos indígenas e por eles gerados são inseparáveis (BORGES; BOTELHO, op. cit.).

É o caso de um dos objetos da coleção Natterer pertencente aos Bororo – uma pele, provavelmente, de onça –, que é bastante significativo para essa cultura, pois está ligado a um rito central na vida cerimonial do grupo: o funeral.

Os ritos funerários dos Bororo são momentos em que a identidade do grupo é afirmada, reunindo toda a sociedade. Podem durar três meses, ao longo dos quais diversos cantos são entoados, lembrando os heróis lendários, os espaços geográficos significativos e os recursos naturais neles existentes (NOVAES, 2006). São também momentos “de expressão estética, seja por meio dos cantos, das danças ou dos ornamentos usados nessas ocasiões” (Ibid, p. 285). Ocorre um primeiro sepultamento, em que o morto é enrolado em uma esteira e enterrado em uma cova rasa, preparada



pelas mulheres, e que deve ser aberta, de tempos em tempos, para ser conferido se está agindo o *bope*, espírito responsável por todas as transformações naturais e “associado a rituais de caça e de benzimentos do *bari* (o xamã Borôro)” (Ibid., p. 293).

A sociedade Bororo é dividida em duas metades exogâmicas, cada qual subdividida em quatro clãs (PIB, 2010). Durante o rito do funeral, é escolhido pelos mais velhos um representante do finado - *aroe maiwu* -, que deve pertencer à metade oposta à do morto. Dentre as diversas tarefas que esse representante tem que cumprir, uma delas é caçar um grande felino, cuja pele deverá ser presenteada aos parentes do morto. O sepultamento definitivo só ocorre quando os ossos são desenterrados, ornamentados e colocados numa cabacinha mortuária.

“O luto só termina quando o morto é devidamente vingado por seu representante. Munido de arco, flechas e com as tranças do cabelo dos enlutados, amarradas em seu punho, o *aroe maiwu* deverá caçar um grande felino, cujos dentes, garras e couro serão entregues aos parentes do finado. Ao morrer, o animal perde seu sopro vital, que se aloja então na cabacinha mortuária, fabricada pelo pai ritual do morto e que será então tocada pelo caçador” (NOVAES, op. cit., p. 309).

Os objetos etnográficos adquiridos pelos naturalistas austríacos foram comprados de diversas pessoas que tinham acesso aos grupos indígenas, como autoridades provinciais, capitães de bandeiras etc., doados por missionários, trocados com outros naturalistas ou negociados com os próprios indígenas.

A questão da restituição do patrimônio cultural indígena conservado em museus europeus, norte-americanos ou mesmo brasileiros, remete a demandas de caráter político e ético, como já nos referimos. Mesmo se tratando de uma problemática bastante complexa, entendemos que devemos exercer o ofício do historiador, do antropólogo e/ou do museólogo, ao emprendermos o estudo histórico de uma coleção, tendo por finalidade gerar condições para mais informações críticas, de forma a possibilitar a discussão sobre os usos desses objetos que se encontram em museus e, assim, estimular os membros das coletividades envolvidas a realizem suas próprias narrativas. Nesse sentido, concordamos com Gallois (1989), quando afirma que: “coloca-se a necessidade de se estabelecerem formas de intercâmbio entre museus etnográficos e sociedades indígenas”, por meio das quais os próprios grupos étnicos devem ser “os especialistas no âmbito dos museus” (Ibid., p. 108).



O convênio realizado entre o Museu das Culturas Dom Bosco e o Museu de Etnologia de Viena, ao buscar inventariar, documentar e expor, mesmo que por meio de imagens, os objetos dos Bororo coletados no início do século XIX, abre um importante caminho para mudar o estado em que se encontram esses artefatos, descongelando sua história e reflexividade.

Referências Bibliográficas

- BORGES, L. C.; BOTELHO, M. B. Le musée et la question de la restitution – étude de deux cas concernant le patrimoine culturel brésilien. In *ICOFOM Study Series – ISS 39. 33rd ICOFOM Annual Symposium. Deaccession and return of cultural heritage: a new global ethics.*, Shanghai, China 7-12 November 2010.
- DOLÁK, Jan. On the issues of deaccessioning and repatriation of museum collections. In *ICOFOM Study Series – ISS 39. 33rd ICOFOM. Annual Symposium Deaccession and return of cultural heritage: a new global ethics.*, Shanghai, China 7-12 November 2010.
- FEEST, C. *As coleções brasileiras no Museu de Etnologia de Viena*. Conferência realizada II Seminário Internacional de Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2008.
- FUNAI. *s/t*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/mapas/fundiario/mt/mt-terezacristina.htm>>. Acessado em 25 de maio de 2011.
- GALLOIS, D. O acervo etnográfico como centro de comunicação inter-tribal. *Ciências em Museus*, Belém, 1 (2), pp. 137-142, 1989.
- GALVÃO, E. Áreas culturais indígenas do Brasil 1900 - 1959. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, n.s., Antropologia, nº 8, Belém, 1960.
- GERSTENBLITH, P. Museum practice: legal issues. In Macdonald, S. (ed.). *A companion to museum studies*. Malden: Blackwell, 2011.
- HARMS, V. The aims of the museum for ethnology: debate in the German-speaking countries. *Current Anthropology*, vol. 31, nº. 4 (Aug.-Oct.), pp. 457-463, 1990.
- HOLANDA, S. B. de. A herança colonial – sua desagregação. In *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2, vol. 1, 3ª ed. São Paulo: Difel, 1970.
- MACDONALD, S. (ed.). *A companion to museum studies*. Malden: Blackwell, 2011.
- MDCB. *Museu das Culturas Dom Bosco*. Disponível em <<http://www.mcdb.org.br>>. Acessado em 25 de maio de 2011, 2011a



- MCDB. *Programas do Projeto Educativo Cultural*. Disponível em <<http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriaId=19&id=89&id=53&>>. Acessado em 25 de maio de 2011, 2011b.
- MCDB. *Convênio entre Museu das Culturas Dom Bosco e Museu Für Völkerkunde Wien-Austria*. Disponível em <http://mcdb.web283.uni5.net//arqs/materia/98_a.pdf>. Acessado em 25 de maio de 2011, 2011c.
- MELATTI, J. C. *Áreas Etnográficas*. Disponível em <<http://www.julielatti.pro.br/ias.htm>>, Acessado a 22 de novembro de 2010, 2010a.
- MELATTI, J. C. *Tocantins-Xingu*. Disponível em <<http://www.julielatti.pro.br/ias-cte/txtocxin.htm>>. Acedido a 22 de novembro de 2010, 2010b.
- MinC. *Prêmio Cultura Viva*. Disponível em: <<http://www.premioculturaviva.org.br/download/1edicao/premiadas1ed.pdf>>. Acessado em 26 de maio de 2011.
- MOUTINHO, M. (org.). Sobre o conceito de museologia social. *Cadernos de Sociomuseologia*, 1. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993.
- NOVAES, S.C. Funerais entre os Borôro. Imagens da refiguração do mundo. *Revista de Antropologia*, v. 49, n. 1, pp. 283-315, 2006.
- OLIVEIRA, J. P. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. *Tempo*, v. 12, n.23, p. 85-111, jul./dez. de 2007.
- PIB (2010). *Borôro*. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo>>. Acessado a 24 de novembro de 2010
- RAMIREZ, E. S. *As relações entre Áustria e o Brasil – 1815-1889*. Brasileira, vol. 337. Tradução e notas Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- RIEDL-DORN, C. *Johann Natterer e a missão austríaca*. Petrópolis: Index, 1999.
- SANTOS, M. S. dos. Museums without a past. *International journal of Cultural Studies*. London: SAGE Publications, Thousand Oaks, CA and New Delhi. Volume 6(2), pp. 181–202, 2003.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

SCHMUTZER, K. *Der Liebe zur Naturgeschichte halber: Johann Natterers Reisen in Brasilien, 1817-1835*. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Viena para a obtenção do grau de doutor, orientada por Marianne Klemun, Viena, 2007.

SCHWARCZ, L. M. A “Era dos Museus de Etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em fins do XIX. In Figueiredo, B. G., Vidal, D. G. *Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna*. Belo Horizonte/MG: Argumentvm; Brasília/DF: CNPq, 2005.

SHELTON, A. A. *Museums and anthropologies: practices and narratives*. In MacDonald, S.(ed.). *A companion to museum studies*. Chichester/UK: Wiley-Blackweel, 2011.

VERGO, Peter. (ed.). *The new museology*. London: Reaktion Books Ltd, 2006.

VRDOLJAK, A. F. *International law, museuns and the return of cultural objects*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.